



Cenário da língua portuguesa no Mercosul: o caso da Argentina, do Paraguai e do Uruguai

Escenario de la lengua portuguesa en el Mercosur: el caso de Argentina, Paraguay y Uruguay

Portuguese language scenario in Mercosul: the case of Argentina, Paraguay and Uruguay

José Genival Bezerra Ferreira

Bezerra Ferreira, J. G. (2020). Cenário da língua portuguesa no Mercosul: o caso da Argentina, do Paraguai e do Uruguai. *Revista Latinoamericana de Educación Comparada*, 11(17), pp. 132-147.

RESUMO

O artigo discorre sobre o lugar da língua portuguesa nos países fundadores do Mercado Comum do Sul - Mercosul. Para tanto, propõe-se entender as propostas educacionais e linguísticas multilateralmente de ensino do português como língua estrangeira existentes no âmbito do Sistema Educacional do Mercosul – SEM. Mediante revisão teórica e documental, apresentamos o cenário dessas políticas educacionais e linguísticas do Bloco, abordamos o fenômeno do bilinguismo na região de fronteira com o Brasil, com destaque para o Programa Escolas Interculturais Bilíngües de Fronteira e, por último, fizemos um mapeamento da presença do português na Argentina, no Paraguai e no Uruguai. Os resultados mostram que, apesar do lugar de destaque do Brasil na região e o conseqüente potencial econômico que tem a língua portuguesa, há a necessidade de planejamento de uma política linguística em consonância com a importância dessa língua, bem como este estudo poderá ser utilizado para aprimorar políticas linguísticas mais abrangentes e efetivas.

Palavras-chave: língua portuguesa- Mercosul- políticas linguísticas- bilinguismo- região de fronteira

RESUMEN

El artículo analiza el lugar de la lengua portuguesa en los países fundadores del Mercado Común del Sur - Mercosur. Con este fin, se propone comprender las propuestas educativas y lingüísticas multilaterales para la enseñanza del portugués como lengua extranjera dentro del alcance del Sistema Educativo del Mercosur - SEM. A través de la revisión teórica y documental, presentamos el escenario de estas políticas educativas y lingüísticas del Bloque, abordamos el fenómeno del bilingüismo en la región fronteriza con Brasil, con énfasis en el Programa de Escuelas Interculturales Bilingües de Fronteira y, finalmente, mapeamos la presencia del portugués en Argentina, Paraguay y Uruguay. Los resultados muestran que, a pesar del lugar destacado de Brasil en la región y el consiguiente potencial económico que tiene el idioma portugués, existe la necesidad de planificar una política lingüística acorde con la importancia de ese idioma, así como este estudio podrá ser utilizado para afinar políticas lingüísticas más integrales y eficaces.

Palabras clave: lengua portuguesa- Mercosur- políticas lingüísticas- bilingüismo-región de frontera



ABSTRACT

This article discusses the place of the Portuguese language in the founding countries of the Mercado Comum do Sul - Mercosul. It aims to understand the multilateral educational and linguistic proposals for Portuguese teaching as a foreign language within the scope of the Sistema Educacional do Mercosul - SEM. Through a theoretical and documentary revision, we present the scenario of these educational and linguistic policies of the Bloc, and approach the phenomenon of bilingualism in the border region with Brazil, highlighting the Programa Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira. Finally, we map the presence of Portuguese in Argentina, Paraguay and Uruguay. The results show that, despite Brazil's prominent place in the region and the consequent economic potential that the Portuguese language has, there is a need to plan a linguistic policy in line with the importance of that language, as well as this research could be used to point out more comprehensive and effective language policies.

Keywords: Portuguese language- Mercosur- linguistic policies- bilingualism- border zone.



Introdução

O projeto de integração regional do Mercosul¹ contempla o ensino do português nos países membros (Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela²), além dos países membros há os países associados (Chile, Bolívia³, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname). A Argentina tem atualmente leis que determinam o ensino dessa língua aos estudantes do ensino médio em algumas escolas em várias províncias (Lei 26.468, 16/1/2009) e nas escolas que fazem fronteira com o Brasil se estende para todo o ensino básico. No caso do Uruguai, conforme a Administración Nacional de Educación Pública - ANEP⁴, o português é atualmente ensinado em 57 escolas, sendo disciplina obrigatória desde o 6º ano. No caso paraguaio, em 2014, o governo brasileiro juntamente com o governo desse país criaram a licenciatura em língua portuguesa e cultura brasileira na Universidade Nacional de Assunção, bem como se acordou a iniciativa para o ensino do idioma português no Paraguai e do espanhol e guarani no Brasil, por meio do Programa Intercultural Bilíngue e Trilíngue (incluindo o guarani) na fronteira entre Ciudad del Este, Foz do Iguaçu, Pedro Juan Caballero e Ponta Porã⁵ entre professores e alunos do ensino fundamental e médio. Não abordaremos a presença da língua portuguesa na Venezuela, pois, como já mencionado, nosso estudo contempla apenas os países fundadores do Mercosul.

O objetivo do trabalho, dessa forma, é apresentar mapeamento das políticas linguísticas relacionadas à oferta do português em instituições da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, em escolas de educação básica e na educação superior. Para tanto, realizamos revisão bibliográfica em Angelucci e Pozzo (2018), Oliveira (2017), Arnoux (2016), Faraco e Zilles (2015), Calvet (2007), Spolsky (2005), dentre outros, bem como em leis educacionais brasileiras, argentinas, paraguaias e uruguaias. Da mesma forma, revisamos as leis educacionais e linguísticas do Mercosul.

Assim, para dissertarmos sobre as políticas linguísticas do Bloco, considerando os objetivos indicados neste artigo, conjecturamos conveniente contextualizar, na primeira parte, os conceitos de políticas linguísticas, situando o papel do Mercosul, em especial, a seção educacional e suas políticas linguísticas, o bilinguismo na fronteira com o Brasil e as políticas linguísticas de difusão da língua portuguesa. Posteriormente, descrevemos o cenário atual da língua portuguesa em cada país membro do Mercosul. Na seção seguinte, apresentamos uma reflexão para tentar compreender as políticas linguísticas em relação ao ensino/aprendizagem, em linhas gerais, dessa língua e, para concluir nossa discussão, apresentamos as considerações finais baseando-nos nos aspectos teóricos e práticos evidenciados no trabalho que ora se apresenta.

Mercosul

O Mercado Comum do Sul ou Mercosul é um processo de integração econômica entre Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e seu mais recente membro, a Venezuela, que recentemente teve seus direitos e obrigações suspensos. Teve início com a assinatura do Tratado de Assunção em 26 de março de 1991 e estabeleceu um período de transição, que se estendeu desde a assinatura até entrar em vigor em 31 de dezembro de 1994. O Bloco foi criado com o intuito de que os países integrantes juntem esforços para um mercado comum que tenha como resultado a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial frente a terceiros Estados ou blocos econômicos.

¹Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/o-mercopol-aprofunda-integracao-regional-mediante-projetos-de-cooperacao-internacional/> Acesso em 25 de abril de 2019

² A República Bolivariana da Venezuela se encontra [suspensa](#) de todos os direitos e obrigações inerentes à sua condição de Estado Parte do MERCOSUL, em conformidade com o disposto no segundo parágrafo do artigo 5º do [Protocolo de Ushuaia](#). Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/paises-do-mercopol/> Acesso em 25 de abril de 2019

³ O Estado Plurinacional da Bolívia se encontra atualmente em processo de adesão. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/paises-do-mercopol/> Acesso em 25 de abril de 2019

⁴ Disponível em: <https://www.anep.edu.uy/> Acesso em 25 de abril de 2019

⁵ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/221-2107596713/8001-sp-1577438133> Acesso em 25 de abril de 2019



O Mercosul surgiu como resultado dos vários projetos de integração latino-americanos que o antecederam e procurou diferenciá-lo dos demais para evitar a possível repetição de experiências não bem-sucedidas. Segundo Medeiros (2008), o Mercosul não ousa em se lançar em projetos institucionais que não digam respeito à verdadeira capacidade de comprometimento de seus Estados-membros. Destaca, assim, a parcimônia adotada pelo projeto em criar mecanismos institucionais, como aconteceu com o Pacto Andino.

De acordo com a Comisión Económica para América Latina y el Caribe - CEPAL (2008), o Mercosul conseguiu avanços, mesmo esses avanços não sendo esperados pela maioria dos analistas. Atualmente o Mercosul tem mais dividendos políticos do que econômicos. O bloco começou em 2012 sem jamais ter passado por uma reconfiguração, entra em 2013 com a incorporação plena da Venezuela (e suspensão em 2017 “por ruptura democrática⁶”), a suspensão do Paraguai (entre 2012 e 2013 porque os integrantes do mercado comum sul-americano consideraram a destituição do Presidente Fernando Lugo uma ruptura de ordem democrática⁷) e o início da adesão da Bolívia (2015). As críticas sobre o seu papel inicial de se transformar em um mercado comum persistem. Porém, para muitos estudiosos, como Medeiros (2008), os ganhos do Bloco no campo diplomático – de aproximar países na região e fazer contraponto ao Norte – ganham força com a ampliação. Nesse cenário, conforme tal especialista, o Brasil sai beneficiado ao ampliar o mercado para seus produtos e garantir suprimento energético. No entanto, de qualquer forma, os analistas afirmam que durante seus 28 anos o Mercosul se reafirmou internacionalmente. É considerado uma área de estabilização econômica e política e recolocou os países que fazem parte na economia mundial.

Os documentos relacionados ao Mercosul, como o Tratado de Assunção⁸, descrevem a evidente preponderância das questões econômicas. Somente no preâmbulo da Lei, no último parágrafo, alude-se à questão político-social: “... vontade política de deixar estabelecidas as bases para uma união cada vez mais estreita entre seus povos...”. Essa questão vem demonstrar que o Tratado desde seu nascimento ganhou sentido econômico, tornando-se inclusive razão de alguns desentendimentos entre Argentina e Brasil, a citar um caso: a União Europeia passou a ocupar o primeiro lugar de compradores dos produtos agrícolas, de couro e outros produtos argentinos. Todos os vinte e quatro capítulos do documento remetem a questões econômicas, comerciais e/ou administrativas.

Políticas Linguísticas

As Políticas Linguísticas são entendidas, ao longo da história, como Políticas Públicas de responsabilidade do Estado no que diz respeito à língua, em várias facetas, que incluem implantação e manutenção de propostas dentro de determinada sociedade. Dessa maneira, é um assunto que nasce como área de estudo e nasce da relação entre estudos da linguagem e Estado.

O debate acerca de Política Linguística tem ocorrido em diversos países em que se constata mais de uma língua em uso, abrangendo questões a respeito do bilinguismo, línguas de contato, vínculo entre dialetos e língua standard, entre outros (Oliveira, 2017). Há de mencionar que esse debate também está presente em países considerados monolíngues, como é o caso do Brasil, se considerarmos apenas o português como língua oficial e desconsiderarmos as várias línguas indígenas que existem em território nacional (cerca de 274 segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁹- IBGE). As discussões giram ainda em torno de normas, de pedagogia de variação linguística, do modo como deve ser tratado os estrangeirismos, bem como das políticas públicas que envolvem a educação (Faraco e Zilles, 2015).

Para Calvet (2007), não se pode separar política linguística de sua aplicação, isto é, de seu planejamento, o que recai na ideia de que política linguística implica questionamentos científicos da língua em uso e da elaboração de

⁶ Disponível em: <https://istoe.com.br/venezuela-e-suspensa-do-mercosul-por-ruptura-da-ordem-democratica/> Acesso em 27 de junho de 2019.

⁷ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/paraguai-e-suspensa-do-mercosul-e-venezuela-vira-membro-pleno/> Acesso em 27 de junho de 2019.

⁸ Disponível em: https://idatd.cepal.org/Normativas/MERCOSUR/Espanol/Tratado_de_Assuncion.pdf Acesso em 26 de abril de 2019.

⁹ Disponível em: <https://ibge.gov.br/Acesso-em-20-de-maio-de-2019>.



intervenções a respeito desses casos e os meios para se pôr em prática essas intervenções, criando dessa forma uma nova maneira de abordar as relações entre língua e sociedade.

Também é válido destacar que as políticas linguísticas não podem ser vistas apenas na perspectiva de uma política oficial, orientam-se ainda para os estudos de práticas de linguagem. Nessa linha, Spolsky (2005) propõe que as políticas linguísticas deveriam explorar três dimensões: as práticas de linguagem concretas dos membros da comunidade discursiva, as crenças de seus membros no que diz respeito à língua e aos esforços dos membros da comunidade para mudar práticas e crenças existentes.

Ainda segundo Arnoux (2016), por considerar as diversas perspectivas que assume a língua, como nos órgãos internacionais ou o lugar que a língua ocupa em países periféricos, é preferível utilizar a expressão políticas linguísticas no plural. Os fundamentos alusivos às políticas linguísticas não se limitam ao mundo universitário ou aos órgãos oficiais. As decisões tomadas nesses contextos embarcam vieses ideológicos.

No transcorrer da história relacionada ao campo das políticas linguísticas, foram criadas várias nomenclaturas como “glotopolítica” “estudia las intervenciones en el espacio del lenguaje, entendidas estas en un sentido amplio ya que pueden ser planificadas, explícitas, voluntarias, generadas por agentes – colectivos o individuales (Arnoux, 2016:19). Outros autores preferem as expressões “ecologia linguística” (Calvet, 2007), “ecolinguística” (Baggioni, 1998) e também “sociolinguística periférica” (Boyer, 1997).

Para Angelucci e Pozzo (2018:11), na América Latina, no que se refere às políticas linguísticas, houve três etapas importantes, a saber: a primeira, resumidamente, ocorreu durante os primórdios da Guerra Fria que se caracterizou pela divisão do mundo em dois eixos e ainda pela descolonização tardia de alguns países asiáticos e africanos. Nesse período, houve a necessidade de reorganizar o mundo conturbado por esses fatos. Também se destaca o desenvolvimento da linguística aplicada. Surgem as bases da glotopolítica, bem como a definição de categorias de línguas, questões de bilinguismo, diglossia, a linguística de corpus e a de status. Quanto à América Latina, tínhamos, grosso modo, duas línguas majoritárias: o espanhol e o português. Somente três países na América do Sul hispanofalante têm outro idioma oficial, além do espanhol: Peru (quéchua), Paraguai (guarani) e Bolívia (quéchua e aimará).

A segunda etapa tem como lema a defesa das línguas minoritárias e vai dos anos 1970 e 1985. Nesse contexto, entram em cena as línguas regionais nos estados nacionais e a atenção com a situação linguística de países que tiveram sua independência na década de 70 até meados dos anos 80. Reúne três bases fundamentais: a alemã - língua como característica essencial para o reconhecimento de uma nação; a francesa - língua resultante do desenvolvimento histórico capitalista, produz-se a ficção duma comunidade de língua como base da nação e, por último, a concepção dos estados multinacionais - nação é definida pela comunidade de destino que pode ou não coincidir com a comunidade de língua.

Na terceira etapa, e última, seus fundamentos são voltados para a internacionalização das línguas. Os projetos transnacionais consolidam as áreas idiomáticas, como o da francofonia. Há também nessa fase a catalogação de uma variedade de línguas, com o intuito de estabelecer novos critérios para reconhecer quais línguas precisariam de intervenção e quais aquelas que não precisariam.

Mercosul educacional e políticas linguísticas

O Setor Educacional do Mercosul-SEM se formou quase que ao mesmo tempo que a assinatura do Tratado em 26 de março de 1991. Em 13 dezembro do mesmo ano, época em que os ministros da educação da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai assinaram o Protocolo de Intenções¹⁰ que instituiu o Setor Educacional do Mercosul. Tal Setor foi criado com base na ideia de que a integração regional não deve estar circunscrita aos aspectos econômicos e políticos, mas deve abrigar, também, iniciativas culturais, educativas e sociais. Nessa linha,

¹⁰ Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/saf-fccr/fccr-mercosul/documentos-oficiais/reunioes-plenarias/viii-reuniao-plenaria-fccr/anexo-v-protocolo-de-intencoes-com-a-enap/> Acesso em 26 de abril de 2019



o Protocolo estabelece que “a educação tem papel fundamental para que a integração se consolide e se desenvolva¹¹”.

Segundo Souza (1998), desde o início das negociações para a formação do Mercado Comum do Sul, foram estabelecidas ações comuns no campo da educação que teriam levado ao reconhecimento da educação como elemento-chave da integração, assim sendo, diferentemente do que aconteceu no âmbito de outros processos de integração regional, o Setor Educacional do Mercosul organizou-se quase que simultaneamente com a assinatura do Tratado de Assunção, que deu início à formação do Bloco.

Constatamos, assim, que o objetivo geral do Mercosul Educacional consiste em construir um espaço educacional integrado por meio da coordenação de políticas de educação, promovendo a mobilidade, o intercâmbio e a formação de uma identidade regional (Mercosul Social e Participativo, 2007:35). Com efeito, as intenções que subjazem a essas propostas e que conduzem, como diretrizes centrais, o arranjo educativo apontam em duas direções: forjar uma identidade comum aos países membros e qualificar a mão-de-obra regional para garantir a inserção competitiva do bloco.

Desse modo, conforme Sander (2003), não podemos desvincular a educação das políticas internacionais. Pensando assim, em um nível macrorregional, entendemos que as proposições e discussões no âmbito do Mercosul Educacional também são políticas públicas, uma vez que afetam ou podem afetar diferentes instâncias e sistemas educacionais nos países que dele fazem parte.

Quanto à estrutura do Setor Educacional do Mercosul, é representado pela Reunião dos Ministros da Educação, que está vinculada ao Conselho Mercado Comum - CMC, principal órgão decisório do bloco regional. A atual estrutura organizativa do Mercosul Educacional foi estabelecida na XXI Reunião dos Ministros da Educação, ocorrida em Punta del Este, em 2001, sendo aprovada pela decisão nº15/01 do Conselho Mercado Comum.

O SEM e a Comissão de Educação Básica priorizam as políticas nacionais e buscam resolução de problemáticas comuns aos países, de acordo com as prioridades definidas no Plano do Setor Educacional. Interessa-nos, neste trabalho, os blocos temáticos que orientam todos os projetos do Setor Educacional em que se faz referência a línguas e aos aspectos curriculares como a aprendizagem das línguas enquanto processo cultural e a incorporação de projetos sobre ensino de línguas, reconhecendo-as pela dimensão política que têm para a integração regional.

O Tratado de Assunção assinala ainda as expectativas de se criar uma planificação linguística que incentive o uso do espanhol e do português. No seu Art.17, lemos: “Os idiomas oficiais do Mercado Comum serão o português e o espanhol e a versão oficial dos documentos de trabalho será a do idioma do país sede de cada reunião”. Sobre essa questão, Sousa (1998) indica que um dos aspectos em que houve maior destaque, nos documentos, diz respeito à educação especificamente o incentivo à aprendizagem dos idiomas oficiais: o português e o espanhol.

Verificamos também no Plan del Sector Educativo del Mercosur (2006-2010), no item sobre as metas para a educação básica, consta a criação de centros de estudo de língua e literatura dos idiomas oficiais: “Promover la creación de cátedras y/o espacios académicos que impulsen el conocimiento y difusión de la lengua y literatura de los idiomas oficiales del Mercosur”. Ressaltamos que no tópico acerca da criação de centros de línguas consta, no Art.3 da Lei 11.161/2005, que o ensino de língua espanhola se torna obrigatório no ensino médio no Brasil, no entanto a Medida Provisória nº 746/2016 retirou essa obrigatoriedade. Posteriormente, a Lei de Reforma do Ensino Médio - nº 13.415/2017 ratifica que a obrigatoriedade é para o ensino do inglês, o ensino do espanhol, dessa maneira, passa a ser de caráter optativo.

No tocante à língua portuguesa, fazendo breve consideração histórica, a conquista linguística do amplo território brasileiro iniciou em 1500, no período colonial, o contato do português com as línguas do tronco tupi-guarani, faladas no litoral e ao longo dos rios da bacia do Rio da Prata. Algumas dessas línguas serviram de base para a

¹¹ Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485895/Mercosul/76f29cc2-dfb9-43ac-b447-e712f6cf26aa?version=1.3>
Acesso em 26 de abril de 2019



catequese dos índios nas missões jesuíticas, com base, entre outros, nos trabalhos de Anchieta com a *Arte de Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil* (1595) e dos autos. Surgem, após isso, as *línguas gerais* ou *francas* nomeadas de *Língua Brasilica* no Sudeste, *Língua Geral Amazônica* ou *Nheengatu* no Norte e *Guarani* no Sul (Severo, 2018).

Nesse contexto, somente com a restauração do império português e a expulsão dos jesuítas, acusados de negligência no ensino do português aos nativos convertidos, com preferência para idioma tupi, para mantê-los sob seu controle, através da barreira linguística entre nativos e colonos, as línguas gerais perderam influência na sociedade. Para restabelecer o domínio da língua portuguesa na colônia americana, o governo português baixou instruções para coibir o uso das línguas gerais ou de outras línguas estrangeiras. Em termos de política linguística oficial, é importante frisar que entre 1650 e 1973 o uso das línguas indígenas não contava com a aprovação governamental, não se fazendo nenhum esforço pela preservação nem das línguas indígenas nem de seus falantes. De acordo com dados da Fundação Nacional do Índio-Funai¹², estima-se que na época da chegada dos portugueses no século XVI havia aproximadamente 1.300 línguas e alguns milhões de falantes e hoje restam cerca de 274 línguas indígenas e menos de 250.000 falantes, em toda nação brasileira. Os indígenas do Brasil fazem parte de um sistema de educação bilíngue, preconizado pela Constituição de 1988 que pretende levar o português a todos os redutos dessa população.

Do mesmo modo que Portugal, o Brasil tem seus vizinhos falantes de espanhol. Da Venezuela ao Uruguai são aproximadamente 14.000¹³ quilômetros de fronteira com países *hispanohablantes*. O contato com outras línguas, como o francês na fronteira Guiana Francesa/Amapá e o inglês na fronteira Roraima/Guiana, também está merecendo a atenção de pesquisadores brasileiros.

Antes dos acordos do Mercosul, a divulgação e ensino do português nos países da América do Sul eram feitos eventualmente por meio dos leitorados ligados ao Ministério das Relações Exteriores (no caso do Brasil) e do Instituto Camões (no caso de Portugal). Com o advento do Mercosul, abriram-se novas oportunidades para a formação de professores de língua portuguesa na Argentina, no Uruguai e no Paraguai. Como não há tradição de ensino de português em tais países, o cumprimento pleno dos acordos segue em marcha lenta, mas aos poucos o ensino de português se torna realidade.

O bilinguismo na fronteira

A fronteira, em geral, é entendida como uma zona de instabilidade e de indefinição; é abordada por variados aspectos: geográfico, econômico, cultural, educacional, acadêmico, linguístico. É de natureza constituída pela latência do contato entre territórios, pessoas, culturas e línguas (Baalbak, 2012). Contudo, aqui, cabe compreender, do ponto de vista linguístico. As línguas de fronteiras significam uma política que as organiza e as distribui. Mas qual seria o modo como as línguas se relacionam na fronteira? Observa-se que a presença da Língua Portuguesa no território argentino, paraguaio e uruguaio está afetada pelas determinações sociopolíticas que a definiram como língua de domínio em determinadas zonas de fronteira. Para a população fronteiriça, podendo ser reconhecida como língua materna de muitos fronteiriços, por exemplo, da província de Misiones, na Argentina, em que se reconhece a situação hegemônica do português (Sturza, 2006). Ao tomá-la como língua de referência, constata-se que é matriz de uma prática linguística, resultante do processo do contato e do cruzamento com espanhol – prática esta designada como portunhol. Verifica-se um lugar hierárquico sobre o modo de distinção entre a língua portuguesa e a espanhola no espaço de enunciação fronteiriço.

Em 2005, criou-se o Programa Escola Intercultural Bilíngue de Fronteira - PEIBF fruto de uma ação bilateral Brasil-Argentina. Até 2008 o Programa contava com o envolvimento de 14 escolas de educação básica nos dois países. Trata-se de um projeto que previa o desenvolvimento de um modelo de educação intercultural e bilíngue na área de fronteira entre os países em questão. As principais questões referem-se a aspectos linguísticos, culturais e educacionais. O Programa visa, dessa maneira, ao desenvolvimento de um modelo de ensino comum nas escolas

¹² Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao> Acesso em 9 de setembro de 2019.

¹³ Disponível em: <http://www.funag.gov.br/ipri/images/informacao-e-analise/fronteiras-terrestres-brasil.pdf> Acesso em 9 de setembro de 2019



fronteiriças, garantindo que alunos e professores tenham a oportunidade de estudar e se comunicar em ambas línguas.

A idealização do Programa deu-se a partir da implementação de várias ações. Não cabe dúvida que a primeira reporta ao Tratado de Assunção que, dentre outras disposições, assume o português e o espanhol como línguas oficiais do Mercosul. A outra ação está relacionada ao Setor Educacional do Mercosul que propôs a difusão do aprendizado desses idiomas. Além dessas, mencionamos o estabelecimento, desde 2003, de Declarações Conjuntas entre Brasil e Argentina que buscavam o fortalecimento da integração regional. Um dos seus propósitos era implementar um modelo de ensino comum nas escolas da região de fronteira.

Nesse âmbito, o Programa promove a construção de uma identidade regional bilíngue e intercultural, baseada na cooperação interfronteiriça. Em outros termos, busca a integração regional no contexto de fronteiras internacionais. Por se tratar de um modelo de ensino comum entre escolas de zonas de fronteira, o projeto propõe progressiva transformação de tais escolas em instituições interculturais bilíngues.

A lei educacional da Argentina, por exemplo, estabelece a obrigatoriedade da oferta do ensino da língua portuguesa nas escolas de ensino médio. Vale lembrar que tal lei é produto de decisões e resoluções do Mercosul, que propunha, desde sua fundação em 1991, o ensino recíproco das línguas oficiais dos estados membros. No caso argentino, a Lei nº 26.468, de 16 de janeiro de 2009, prevê também a oferta do ensino do português nas escolas primárias das províncias limítrofes com a o Brasil.

O português no Mercosul

Argentina

Oficialmente, a língua portuguesa começou a ser ensinada em terras argentinas no ano de 1942. A Lei 12.766 possibilitou a inclusão do português como língua estrangeira optativa no último ano da escola secundária. O primeiro curso de *Profesorado* (Licenciatura) de Português foi criado em 1954 no Instituto Nacional del Profesorado en Lenguas Vivas e, nesse mesmo ano, o governo brasileiro criou também, em Buenos Aires, o Centro de Estudos Brasileiros para difundir a língua e a cultura brasileiras na Argentina. Em 2009, a Lei 26.468 estabeleceu obrigatória a oferta do português no ensino médio.

De acordo com Franzoni (1999), desde essa época, até a criação do Mercosul, em 1991, o ensino da língua portuguesa teve um desempenho tímido, tanto nas instituições particulares como nas públicas. Nessa época, os cursos de português eram optativos e/ou instrumentais em poucos centros universitários ou institutos.

Em 2005 a Argentina junto com o Brasil instituíram o Projeto Escola Intercultural Bilíngue de Fronteira - PEIBF¹⁴, a fim de associar alunos e docentes das escolas da fronteira, o Projeto começou com 14 escolas e em 2009 já havia 26 escolas. É válido mencionar que o PEIBF foi criado como ação do Instituto de Políticas Linguísticas e conta com projetos nacionais e internacionais. O quadro abaixo apresenta, em linhas gerais, os municípios brasileiros e argentinos envolvidos com o ensino do português e espanhol.

Quadro 1: Cidades e países do Projeto Escola Intercultural Bilíngue de Fronteira na região de fronteira com o Brasil.

No Brasil	Em outros países
Dionísio Cerqueira (Santa Catarina) – 1 escola	Bernardo Irigoyen (Argentina) - 1
Foz do Iguazu (Paraná) – 1 escola	Puerto Iguazu (Argentina) - 1

¹⁴ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32617-projeto-escola-intercultural-bilingue-de-fronteira> Acesso 20 de maio de 2019



Uruguaiana (Rio Grande do Sul) – 1 escola	Paso de Los Libres (Argentina) - 1
São Borja (Rio Grande do Sul) – 2 escolas	Santo Tomé (Argentina) - 2
Itaqui (Rio Grande do Sul) – 1 escola	Alvear (Argentina) - 1
Itaqui (Rio Grande do Sul) – 1 escola	La Cruz (Argentina) - 1
Chuí (Rio Grande do Sul) – 1 escola	Chuy (Uruguai) - 1
Jaguarão (Rio Grande do Sul) – 2 escolas	Rio Branco (Uruguai) - 2
Ponta Porã (Mato Grosso do Sul) - 1 escola	Pedro Juan Caballero (Paraguai) – 1
Pacaraima (Roraima) – 2 escolas	Santa Elena de Uiarén (Venezuela) 2
Total – 13 escolas no Brasil	Total – 13 escolas nos 4 países

Fonte: Ministério de Educação do Brasil

Como se observa no Quadro acima, a Argentina é o país que tem o maior número de escolas pertencentes ao projeto no total de sete, é dizer, que o estado argentino é o que conta com o maior número de escolas que ensina português na fronteira com o Brasil. Embora com alguns entraves, como já mencionado, a língua portuguesa passará a constar obrigatoriamente no conjunto de disciplinas opcionais das escolas secundárias em toda o país. O plano tinha como meta implantar em todo o país até 2016, porém, deixe-se claro, que a prioridade será dada as escolas que estão situadas nas regiões de fronteira com o Brasil, nas quais a língua vai ser integrada nos currículos educativos a partir do ensino primário.

Nessa conjuntura, essas escolas de fronteira com o Brasil, em que há o bilinguismo, serão obrigadas a ofertar também o português, tirando, assim, a prioridade antes dada ao inglês. Entretanto, ainda tramita no congresso um projeto de Lei para tornar obrigatória a oferta de português nas escolas secundárias e também em escolas primárias, por um período de oito anos. Ainda há a perspectiva de tornar o ensino do português efetivamente obrigatório para as últimas séries do ensino fundamental e as primeiras do médio, embora esse projeto enfrente dificuldades, devido à escassez de professores.

No âmbito universitário, conforme Angelucci e Pozzo (2018), em 2013 a Argentina computava com cinquenta universidades públicas e cinquenta particulares, dado do Departamento de Informação Universitária da Secretaria Políticas Universitárias. Apenas sete dessas universidades conta com a língua portuguesa em cursos de graduação e estão distribuídos em licenciaturas, bacharelados e tradutorados. As universidades são: Universidade Nacional de Rosario (Profesorado de Portugués, Licenciatura en Lengua Extranjera-Portugués e Traductor Publico en Portugués); Universidade Autónoma de Entre Ríos (Profesorado de Portugués); Universidad Nacional de Córdoba (Profesorado en Portugués); Universidad Nacional de Cuyo (Profesor Grado Universitario de Portugués); Universidad Nacional de la Plata (Profesorado en Portugués); Universidad Nacional de Rosario (Profesorado en Portugués, Licenciatura en Portugués, Traductor Publico en Portugués) e Universidad Nacional de Misiones (Profesorado en Portugués).

As graduações em português, mencionadas nas sete universidades acima, estão distribuídos em várias faculdades com propósitos diferentes: humanidades, educação, administração. Contudo, apenas na Universidad Nacional de Cuyo que tem o Profesorado de Portugués na Faculdade de Filosofia e Letras, bem como nessa mesma universidade tem a Secretaria Universitária de Políticas Linguísticas. Talvez essa variação de objetivos do ensino da língua portuguesa obstaculize os convênios entre as universidades a fim de se ter uma política do ensino do português mais fortalecido.

Além da oferta do português nas instituições citadas, evidentemente, há os cursos livres de Língua Portuguesa em vários centros de língua tanto universitários como em institutos particulares. Também podemos mencionar o trabalho realizado desde 1997 da *Asociación Argentina de Profesores de Portugués*. Tal associação, ao longo de sua existência, tem contribuído para fomentar a língua e cultura portuguesas na Argentina, bem como com a formação continuada de docentes de português língua estrangeira.



Ainda podemos citar que a Universidad Nacional de Misiones, a Universidad Nacional de Córdoba, a Universidad Nacional del Nordeste, a Universidad Nacional de Cuyo e a Universidad Nacional del Litoral são as instituições autorizadas a aplicarem o exame de Certificação de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras), que também oferecem cursos que preparam os candidatos para o referido exame.

Em junho de 1999, por iniciativa de Portugal, foi criado o Centro de Língua Portuguesa/Camões, I.P. em Buenos Aires. O Centro está instaurado no Instituto de Enseñanza Superior en Lenguas Vivas "Juan Ramón Fernández" como um espaço de promoção e difusão para professores e público geral interessado na língua portuguesa e nos Estudos Lusófonos. Podemos destacar também o Centro Cultural Brasil-Argentina "único instituto de enseñanza de la lengua portuguesa y de promoción de la cultura brasileña del Gobierno de Brasil en la Argentina. El Centro, vinculado a la Embajada y al Consulado de Brasil, ofrece cursos de portugués como segundo idioma en varios formatos (curso regular, intensivo y conversación)¹⁵..."

Ainda com relação a questão do ensino do espanhol no Brasil e o Português na Argentina, objetivo maior do Projeto, de acordo com Angelucci e Pozzo (2018:13) "a situação Brasil-Argentina, constatamos que as medidas tomadas por um e outro país é díspar. Do lado brasileiro se multiplicou o ensino do espanhol no ensino médio nas escolas públicas a partir da Lei 11.161/2005". No entanto, é importante mencionar que em 2017 foi sancionada a Lei 13.415 de Reforma do Ensino Médio, Medida Provisória 746/2016, que retira a obrigatoriedade do ensino do espanhol no Brasil. Também segundo Angelucci e Pozzo (2018), há de considerar que há um avanço do lado argentino sobre o ensino de português, mesmo que tenha havido uma estagnação.

Nas palavras de Bein (2016), o que impulsiona a língua portuguesa na Argentina não são os imigrantes ou turismo, senão a integração regional, mas não apenas no campo econômico como também no sociocultural. O autor acrescenta que ocorre por meio de valorização mútua das culturas, dos intercâmbios científicos e da "armonización ecológica del aprovechamiento de los recursos naturales" (pp. 93). Em outras palavras, a difusão do português não será apenas o resultado automático das diferentes políticas em determinado momento, posto que, dialeticamente, essas políticas serão afetadas pelo grau de difusão do idioma.

No entanto, de acordo com Arnoux (2019), questões de ordem glotopolíticas no ensino de idiomas que privilegiaram o inglês, no Brasil desde a reforma educacional do governo Temer e na Argentina de medidas liberais que tornaram completamente invisível o português.

Nesse sentido, as medidas de declínio que atualmente vivenciamos na região, em relação ao ensino do português em particular, faz-se necessário uma reflexão crítica sobre o tipo de integração que destacamos e suas implicações glotopolíticas.

Paraguai

Conforme informação do Programa de Promoção de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF¹⁶, órgão do Ministério da Integração Nacional, o Brasil faz fronteira com dez países sul-americanos com a soma de 15.700 Km de extensão, sendo que 1.371 km são com o Paraguai, o que significa 27% de toda área fronteira terrestre.

Como já mencionado, o governo brasileiro instituiu no ano de 2005 o Programa Escolas de Fronteira com o objetivo de ofertar um ensino que priorizasse as línguas faladas na região da fronteira, inicialmente, com a Argentina. Em 2012, o projeto mudou de nome para Programa Escolas Interculturais de Fronteira – PEIF como estabelece a Portaria nº 789, a fim de que o Programa abrangesse outros países. Cabe mencionar, que de acordo com Oliveira, quanto ao Programa:

... prever o ensino das línguas mais faladas na América Latina, e propor a interação cultural entre os países vizinhos, no caso da fronteira com o Paraguai os documentos oficiais mostram, no entanto, que esse não é um

¹⁵ Disponível: <http://ccba.itamaraty.gov.br/pt-br/> Acesso em 20 de maio de 2019

¹⁶ Disponível em: <https://www.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/Fronteira.-IICA.pdf> Acesso em 9 de maio de 2020.



contexto bilíngue, mas sim multilíngue, pois o país vizinho já apresenta uma situação de bilinguismo desde a Constituição Federal Paraguaia de 1992, tendo como línguas oficiais o espanhol e o guarani (Oliveira, 2017: 14)

Em consonância com a citação, nas escolas paraguaias de educação básica pública na região de fronteira, para Weber (2016) o guarani e o espanhol coexistem num sistema bilíngue de ensino. Mesmo que o português tenha ultrapassado a fronteira e chegado até a região do Chaco e muitas áreas do país, “a língua portuguesa vive, atualmente, um conflito com a guarani e a espanhola na zona de fronteira” (Weber, 2016: 205), em decorrência do poder econômico e político de agricultores brasileiros que trabalham em terras paraguaias. Para a autora, o português, até certo ponto, assume um caráter de invasor ao passo que o espanhol e o guarani dispõem de significados da língua da nação paraguaia.

Ainda no que diz respeito ao PEIF, Ponta Porã, município do estado do Mato Grosso do Sul, foi escolhido para participar do lado brasileiro enquanto do lado paraguaio, o município de Pedro Juan Caballero. Ambas as cidades estão a poucos metros uma da outra. Apesar de o Programa já existir há mais de dez anos, faz-se necessário a implementação e aumento das escolas bilíngues na região de fronteira. O governo brasileiro e paraguaio, por meio do Itamaraty e do Ministério da Educação do Paraguai já discutem a formação de professores de português que atendam às necessidades do ensino médio no país. A língua portuguesa é ensinada nas instituições educativas paraguaias de educação média (de 15 a 17 anos), de adultos (2º grau de alunos com mais de 20 anos) e em universidades. O Ministério da Educação do país (Paraguai) oferece a essas instituições de ensino a possibilidade de escolher entre os seguintes idiomas: alemão, francês, inglês, italiano e português. De acordo com Savedra (2009), o Ministério de Educação do Paraguai conta com 76 instituições que têm o português como língua estrangeira na educação básica média.

No ano de 2011¹⁷ o Instituto Superior de Lenguas da Universidad Nacional de Asunción, em parceria com Embaixada do Brasil, criou a licenciatura em português. Antes já havia as licenciaturas em inglês, francês, guarani e alemão. Atualmente, estão sendo preparadas novas diretrizes curriculares para a formação de professores, fundamentalmente para professores que lecionam na educação inicial e média. Os Programas de Espanhol e português, como língua estrangeira, estão em fase de levantamento de dados a respeito das necessidades de implementação nos Institutos de Formação Docente localizados nas regiões fronteiriças do país.

Essas novas diretrizes de educação oferecem dois tipos de programas: a Formação docente continuada por meio do Sistema Nacional de Actualización Docente (SINAD) e o programa de Especialização para os professores com título, tendo como foco a educação intercultural e bilíngue, conforme a Constituição Paraguaia.

Diante do exposto, de acordo com Almeida (2010:10), foi estabelecido o Programa Executivo Educacional entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Paraguai que prevê, entre outros aspectos: a) criação de uma licenciatura em língua portuguesa e cultura brasileira; b) educação intercultural: ensino do idioma português no Paraguai e do idioma espanhol e guarani no Brasil, através do Programa Intercultural Bilíngue e Trilíngue entre os professores e os alunos do ensino médio e fundamental da região de fronteira; c) criação de leitorado de língua portuguesa e literatura brasileira em universidades paraguaias e e) cooperação entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a Universidade Nacional de Assunção para a criação de licenciatura em língua portuguesa e literatura brasileira.

De acordo com as metas estabelecidas nesse convênio, na atualidade, podemos mencionar que, a) a licenciatura em língua portuguesa foi criada em 2014 na Universidad Nacional de Asunción em parceria com a Embaixada do Brasil; b) a educação intercultural, mesmo de forma tímida, está sendo desenvolvida, especialmente do português no Paraguai e do espanhol do Brasil, mesmo que o espanhol tenha deixado de ser obrigatório no ensino médio Brasil, e quanto ao guarani, já há na cidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul (Bruno e Souza, 2018); c) quanto ao leitorado, no âmbito do Programa de Leitorados do Ministério das Relações Exteriores do Brasil¹⁸ atualmente conta com leitorados em alguns países e não contempla o Paraguai, porém houve no período de 2008-2013, na Universidad Católica de Asunción, a razão não é explicada do momento não haver no site da Capes e d)

¹⁷ Disponível em: http://assuncao.itamaraty.gov.br/es/es/licenciatura_en_lengua_portuguesa.xml Acesso em 20 de maio de 2019.

¹⁸ Disponível em: <http://redebrasilcultural.itamaraty.gov.br/menu-a-rede/menu-leitorados> Acesso em 20 de maio de 2019



leitores brasileiros assumiram a responsabilidade de iniciar o processo de criação da licenciatura em português (Machado, 2013).

Nesse âmbito, podemos ainda citar a Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA), localizada na cidade de Foz do Iguaçu, Brasil, na fronteira com o Paraguai, que tem uma política de línguas para a instituição única no Brasil, a qual está orientada ao português e ao espanhol, já que os processos seletivos tanto de alunos como de professores deverão transcorrer nessas duas línguas. No site oficial da universidade, explica-se que na UNILA, tanto o espanhol quanto o português são idiomas (Weber, 2016: 210). Assim, no contexto paraguaio, a área de fronteira com o Brasil, encontra-se um intercâmbio de produtos midiáticos entre os dois lados da linha divisória, principalmente acesso ao rádio e à televisão do país limítrofe e à veiculação da mídia impressa. Neles, a língua portuguesa e a espanhola se misturam de várias maneiras. Frente a esse fato, seria pertinente estudar que política de línguas produzem esses meios de comunicação da fronteira e em que medida ela converge ou diverge das políticas linguísticas e educacionais desenvolvidas pelos governos do Brasil e do Paraguai para o ensino dessas línguas.

Uruguai

A presença da língua portuguesa no território uruguaio ocorreu de forma diferente que na Argentina e no Paraguai. O português é o resultado da ocupação de territórios pelos lusitanos depois da restauração de sua monarquia em 1640. Nesse período, verifica-se uma sequência de fundação de cidades em direção ao Sul – Antonina-Paraná (1656), São Francisco do Sul-SC (1668), Desterro-Santa Catarina (hoje Florianópolis-1660), Laguna-Santa Catarina (1662), bem como a fundação da Colônia de Sacramento em 1680, na Bacia do Rio da Prata, foi o mais antigo assentamento europeu no Uruguai. Quanto ao ensino de línguas, como em quase todo o ensino público do país, teve início nas universidades com o francês e o inglês. Mais tarde, incorporou-se o italiano e o alemão. Quanto à formação de professores para o ensino de línguas estrangeiras até o ano de 2009, apenas o Instituto de Profesores Artigas (IPA)¹⁹ formava professores de inglês, italiano e francês.

O ensino da língua portuguesa teve seu começo em 1996, como consequência de uma reforma educacional que impôs o inglês como língua obrigatória no ensino médio e criou os centros de línguas estrangeiras para o ensino opcional das línguas não incluídas no currículo oficial do país, momento em que se incluiu o português. Anos após, em 2003, foi a vez do ensino primário com a criação do Programa de Educação Bilíngue, modificado, atualmente, para o Programa de Segundas Línguas, que abriu as portas para o ensino do português nas escolas²⁰.

Segundo fontes do jornal português *Diário de Notícias* de 29 de agosto de 2015²¹, a língua portuguesa é ensinada no centro de línguas de cada capital dos deztoitos Departamentos, que equivalem aos estados brasileiros, apenas um Departamento não tem o ensino do português. Isso equivale a 83 escolas públicas de ensino básico do Uruguai, sendo a maioria delas na fronteira com o Brasil. Ainda conforme o jornal, somente seis escolas dessas, considera o português como língua estrangeira, conforme depoimento da coordenadora de Português no Departamento de Segundas Línguas do Conselho de Educação Inicial e Primária, Cinthia Nuñez. Destaca também que há dois centros regionais de formação de professores com o curso de português, um programa de intercâmbio de professores na fronteira e cursos binacionais de educação técnica.

Segundo a Lei Geral de Educação do Uruguai: nº 18.437²² de 2008:

¹⁹ Disponível em : <http://ipa.cfe.edu.uy/> Acesso em 20 de maio de 2019

²⁰ Disponível em:

<http://www.politicasinguisticas.edu.uy/phocadownload/documentos/comisionpoliticaslinguisticaseducacion%20publica.pdf> Acesso em 20 de maio de 2019

²¹ Disponível em: <https://www.dn.pt/globo/interior/-uruguai-tem-aulas-de-portugues-em-83-escolas-publicas-de-ensino-basico-4751656.html> Acesso em 20 de maio de 2019

²² Disponível em:

<http://www.redage.org/sites/default/files/adjuntos/Ley%20N%C2%B02018437%20Ley%20General%20de%20Educaci%C3%B3n.pdf> Acesso em 14 de maio de 2019



La educación lingüística tendrá como propósito el desarrollo de las competencias comunicativas de las personas, el dominio de la lengua escrita, el respeto de las variedades lingüísticas, la reflexión sobre la lengua, la consideración de las diferentes lenguas maternas existentes en el país (español del Uruguay, portugués del Uruguay, lengua de señas uruguaya) y la formación plurilingüe a través de la enseñanza de segundas lenguas y lenguas extranjeras. (Lei nº 18.437, art. 40)

A inclusão do ensino da língua portuguesa no sistema educacional uruguaio representou, na verdade, um fato histórico. O Uruguai, como todos os países, não é uma nação homogênea na visão cultural e linguística. Toda a área que faz fronteira com o Brasil, por exemplo, está marcada por uma cultura própria e pelo contato do português com o espanhol. O ensino do português se justifica, assim, nesse país não apenas por razões históricas e geopolíticas, porém, acima de tudo, por razões sociolinguísticas em decorrência de uma variedade da língua portuguesa como língua materna e, em outra situação, como segunda língua de grande número de habitantes.

Atualmente, no Uruguai, há mais de cem escolas que trabalham com o ensino do português. Essas escolas são públicas e têm os centros de línguas estrangeiras mantidos pela ANEP (Administración Nacional de Educación Pública). Embora esse ensino seja optativo, é a língua estrangeira mais procurada pelos jovens que estudam na rede pública, ao terem de incluir outro idioma obrigatório no currículo. No ano de 2007, dos 9.419 estudantes que se inscreveram para o ensino optativo de línguas estrangeiras, aproximadamente quatro mil fizeram a opção pela variante brasileira do português. O português é a segunda língua do povo uruguaio. É de destacar também que, no norte do país, já se pode falar em um caso de bilinguismo português-espanhol. Além disso, está em processo de inclusão a obrigatoriedade do ensino do português nos últimos anos do ensino fundamental, bem como nos três primeiros anos do ensino médio.

O Constante contato do espanhol com o português falado originalmente no norte do Uruguai provocou o hibridismo linguístico e cultural, que se revela nas próprias designações que a língua portuguesa passou a receber na região, no caso, sendo oportunhol um deles. As várias formas de designar os falares da fronteira Uruguai-Brasil descortinam as metamorfoses experimentadas pela língua portuguesa em terras uruguaias, ao mesmo tempo que marcam uma posição identitária que aponta para a presença do outro ao ressaltar a evidência dialógica de constituição do sujeito fronteiriço (Almeida, 2016).

Desse modo, na mesma linha que Marchesan e Ramos (2014), por considerarmos o grande impulso que a língua portuguesa recebeu nos últimos anos no Uruguai, acreditamos na necessidade de uma avaliação atualizada do estado dessa área (a região de fronteira) para entender o atual impacto dessas ações político-linguísticas no desenvolvimento da área de PLE.

Reflexões Finais

Para finalizar, constatamos que faltam ainda políticas linguísticas bem definidas em relação ao ensino da língua portuguesa no Mercosul. Além disso, ainda há poucas ações concretas em relação à promoção do português na Argentina, no Uruguai e no Paraguai. Desse modo, acreditamos que para um planejamento adequado das políticas linguísticas do governo brasileiro para promoção do português, seria não só o desenvolvimento de uma consciência crítica em relação ao ensino do português, mas uma questão fundamental seria que as mudanças no ensino e que o português passasse ser ensinado nas escolas regulares de educação básica desses países, não se limitasse às escolas da região fronteira com o Brasil.

No caso da Argentina, embora haja avanços significativos tanto das instituições e das leis, há muito que fazer ainda. No contexto político e executivo, deve-se estabelecer metas que se concretizem em ações, bem como aprofundar o conhecimento acerca do processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa, acreditamos que romper com alguns estereótipos que ainda existem impedem possivelmente a expansão da língua portuguesa na Argentina, ainda que apresente mais ações instituições voltadas ao português que o Paraguai e o Uruguai. O português continua vinculado a questões de ordem política, econômica, cultural e ideológica. Por certo, desde que iniciaram os primeiros intentos de acercamento do Brasil e da Argentina no contexto cultural, as relações foram um pouco complexas, o que dificultou a expansão do português. No entanto, podemos destacar alguns avanços: a expansão do português no sistema educacional, assumindo um papel quase que protagonista como



segunda língua estrangeira mais procurada no país; o aumento da formação de professores de português como língua estrangeira, desde os anos noventa, com a criação das licenciaturas em português em algumas universidades; o português passa a ocupar parte importante nas grades curriculares do sistema educacional do ensino básico; criação de projetos de cooperação e integração com o Brasil que se estenderam para intercâmbios entre professores e alunos entre ambos países e o aparecimento de novos atores sociais comprometidos com a língua portuguesa, como a Associação de Professores de Português da Argentina, o Centro Cultural Brasil Argentina e o Centro Camões, dentre outros.

Com relação ao Paraguai, podemos mencionar que há um pequeno avanço da presença do português, entre eles, a criação da licenciatura em português como língua estrangeira na Universidad Nacional de Asunción; a educação intercultural desenvolvida na região de fronteira com o Brasil, principalmente, nos município paraguaio de Pedro Juan Caballero fruto do Programa Escola Intercultural de Fronteira; e a criação de programas de leitorado de língua portuguesa e cultura brasileira nas Universidades Católica e Nacional de Assunção e a inclusão do português nos programas curriculares em algumas escolas de educação básica.

A língua portuguesa no Uruguai é uma situação diferente dos demais países devido a questões históricas, resultante da presença portuguesa por alguns anos em alguns departamentos uruguaios. Isso contribuiu de forma positiva para o português não seja visto apenas como língua estrangeira, mas uma língua dos seus antepassados. Rona (1965), em seu estudo “Dialeto Portugueses do Uruguai”, abordou a questão da faixa linguística transitória que ia do português rio-grandense ao espanhol urguaio com influência lexical da língua portuguesa. Assim, é preciso ver a língua portuguesa de um ponto de vista histórico. Resultante disso, nos dias atuais, houve grande impulso do Português Língua Estrangeira - PLE, destacamos a Rede Brasileira de Ensino no Exterior, formada, no caso, pelo Centro Cultural Brasil Uruguai; os leitorados brasileiros; os acordos de cooperação técnica entre Brasil e Uruguai para formar professores uruguaios a trabalharem com PLE, projeto executado pela Universidade Federal de Santa Maria; a criação da coordenação de português no Departamento de Segundas Línguas e a aprovação da Lei Geral de Educação do Uruguai que apresenta políticas a língua portuguesa como uma língua materna, não como língua estrangeira.

Em conclusão, embora alguns dados em relação ao ensino do português nos países membros do Mercosul tenham sido quantificados nos últimos anos, os diagnósticos existentes não são adequados para que compreendamos as realidades educacionais do ensino do português com precisão desses três países em estudo. Portanto, outros estudos diagnósticos quantitativos e qualitativos são absolutamente necessários para o estabelecimento de políticas linguísticas voltadas a este espaço regional.

Referências bibliográficas

- Almeida, B. (2010). Ensino do português no contexto Mercosul. *Horizontes de Linguística Aplicada*, 9, pp. 13-35.
- Almeida, L. O. de. (2016). O Uruguai lusófono: português ou portunhol? *Cadernos De Pós-Graduação Em Letras*, 16(1). pp. 173-90. Disponível em <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgl/article/view/9537> Acesso em 10 de maio de 2020.
- Anchieta, J. *Arte da Grammatica da Lingva Mais Vsada na Costa do Brasil*. Coimbra: Antonio Mariz.
- Angelucci, T. C. e E Pozzo M. I. (2018). O idioma português na universidade pública Argentina: modalidades e tendências. *Afluente*, 3, pp. 8-27.
- ARGENTINA e BRASIL. (2008). *Lei do Programa Escolas Bilingües de Fronteira (Pebf)*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Escolafronteiras/doc_final.pdf Acesso em 9 de maio de 2020.
- ARGENTINA. (2008). *Ley de Educación Nacional* n° 26468. Disponível em: http://files.aapp.webnode.com/200000065-572bb5825c/Ley_26468.pdf. Acesso em 10 set. 2018.



- Arnoux, E. (2016). La perspectiva glotopolítica en el estudio de los instrumentos lingüísticos: aspectos teóricos y metodológicos. *Matraga*, 38, pp. 18-42.
- Arnoux, E. (2019). Embates de la 'nueva economía'. Reflexiones glotopolíticas acerca de la enseñanza de lenguas otras. *Intersecciones, Revista de la APEESP*, 4.
- Baalbaki, A. (2012). Escolas bilíngues na fronteira entre Brasil e Argentina: a língua portuguesa como língua estrangeira. *Anais do XVI CNLF. Rio de Janeiro: CIFEFiL*, 04, pp. 1870- 1881.
- Baggioni, D. (1998). Langues et nations en Europe. In: *Histoire Épistémologie Langage*, tome 20, fascicule 1, Les Grammaires Indiennes, pp. 167-169.
- Bein, R. (2016). Una mirada histórica sobre la evolución de la lengua portuguesa en la Argentina. En Arnoux, E. e Lauria, D. (Coord.) (2016). *Lenguas y discursos en la construcción de la ciudadanía sudamericana*. Argentina: UNIPE - Editorial Universitaria.
- Boyer, H. (1997). *Plurilinguisme: «contact» ou «conflit» de langues?* Paris: L'Harmattan.
- BRASIL. (2005). *Lei do Ensino da Língua Espanhola*. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/View_Identificacao/lei%2011.161-2005?OpenDocument Acesso em 9 de maio de 2020.
- BRASIL. (2006). *Protocolo entre o Ministério da Educação da República Federativa do Brasil e o Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia da República Argentina para a criação do mecanismo permanente conjunto em temas educacionais*. Disponível em: http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_418_4266.htm. Acesso em 5 de nov. de 2018.
- BRASIL. (2008). *Escolas de fronteira. Brasília e Buenos Aires: MEC*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Escolafronteiras/doc_final.pdf. Acesso em 10 jan. 2018.
- BRASIL. (2016). *Lei de Reforma do Ensino Médio*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm Acesso em 9 de maio de 2020.
- Bruno, M. G., Souza, I. R. C. S. (2018). Pedagogização da literacy e alunos indígenas Guarani e Kaiowá de Dourados/MS. *Revista Pro.posições*, 29, pp. 37-53.
- Calvet, L. J. (2007). *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial.
- CEPAL. (2008). Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Disponível em: <https://www.cepal.org/es> Acesso em 9 de maio de 2020.
- Faraco, C. A.; Zilles, A. M. S. (2015). *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Franzoni P. (1999). Situación actual de la enseñanza del portugués. Actas de la I Reunión de la Universidad de Buenos Aires sobre Políticas Lingüísticas. *Lenguas y Educación Formal*. Buenos Aires: Instituto de Lingüística
- Machado, L. E. W. (2013). As ações do Estado brasileiro para a promoção da língua, da literatura e da cultura do Brasil no Paraguai. *Revista Multidisciplinar Acadêmica Vozes dos Vales*, 04, pp. 1-25.
- Marchesan, M. T. N e Ramos, A. G. (2014). Língua, fronteira e o ensino de português como língua estrangeira. *Fórum Linguístico*, 11, pp. 178-187.
- Medeiros, C. A. (2008). Os dilemas da integração sul-americana. In: *Cadernos de Desenvolvimento* N° 5, Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.



MERCOSUL. (1991). *Tratado de Assunção*. Disponível em: www2.mre.gov.br/dai/trassuncao.htm. Acesso em 10 janeiro 2019.

MERCOSUL. (1994). *Protocolo adicional ao Tratado de Assunção sobre a estrutura institucional do Mercosul: Protocolo de Ouro Preto, de 17 de dezembro de 1994. Legislação de direito internacional*.

MERCOSUL. (2006). O Setor educativo do Mercosul. Disponível em: <http://www.sic.inep.gov.br/index.php?limitstart=500>. Acesso em: 18 ago. 2013.

Oliveira, M. B. (2017) Política linguística, cidadania e ensino de língua portuguesa. *Linguagens & Cidadania*, 19. Doi: 10.5902/1516849229314.

Rona, J. P. (1965). *El dialecto "fronterizo" del Norte del Uruguay*. Montevideo: Adolfo Llardi.

Sander, B. (2003). *Gestão da Educação na América latina: construção e reconstrução do conhecimento*. Campinas, São Paulo: Autores Associados.

Savedra, M.M.G. (2009). Política Lingüística no Brasil e Mercosul: O ensino de primeiras e segundas línguas em um bloco regional. *Revista Palavra/Departamento de Letras PUC*, 11, pp. 39-54.

Severo, C. G. (2018). *Os Jesuítas e as Línguas no Contexto Colonial Brasil-África*. (tese de doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Sousa, F. P. (1998). O balanço da ação sindical nos processos de integração regional. In: *Vigevani, Tullo; LORENZETTI, Jorge* (Coords.). *Globalização e integração regional: atitudes sindicais e impactos sociais*. São Paulo: LTr/ Cedec.

Spolsky, B. (2005). Language Policy. In: Cohen, J.; Mcalister, K. T.; Rolstad, K; Macswan, J. (eds). *Proceedings of the 4th International Symposium on Bilingualism*. Somerville, MA: Cascadilla Press.

Sturza, E. R. (2006). *Línguas de Fronteiras e Política de Línguas: Uma História das Idéias Lingüísticas*. (Tese de doutorado) Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

URUGUAI. (2017). *Ley General de Educación*. Disponível em: <https://www.anep.edu.uy/sites/default/files/images/Archivos/ley-educacion/ley%20de%20educacion%20actualizada%20a%20junio%202017.pdf> Acesso em 9 de maio de 2020.

Weber, A. (2016). Política de línguas e fronteiras no Mercosul: novos sentidos para o espanhol, o português e o guarani. *Veredas atemática*, 12, pp. 201-218.

Datos de autoría

José Genival Bezerra Ferreira

Doctor en Lingüística, profesor asociado de la Universidad de Santiago de Chile con investigaciones en áreas como la enseñanza del portugués como lengua extranjera, Políticas Lingüísticas, Lingüística Cognitiva y Análisis Crítico del Discurso.

jose.ferreira@usach.cl

Fecha de recepción: 30/9/2019

Fecha de aceptación: 8/5/2020

